



Número: **0019015-54.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 8ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **22/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MAURINALDO DOS SANTOS FRUTUOSO (AUTOR)	JONATHAN FREIRE DOS SANTOS (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)	
RENATO CAMERINO CARNEIRO LEAL PAES BARRETO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42825631	22/03/2019 16:41	Petição Inicial	Petição Inicial
42825844	22/03/2019 16:41	Comprovante de pagamento seguro DPVAT. Maurinaldo	Documento de Comprovação
42825851	22/03/2019 16:41	B. O - Maurinaldo	Documento de Comprovação
42825856	22/03/2019 16:41	Declaração médica. Ficha de esclarecimento. Atestado. Maurinald	Documento de Comprovação
42825862	22/03/2019 16:41	Identificação. Maurinaldo	Documento de Comprovação
42825868	22/03/2019 16:41	Prociuração. Declaração. Contrato de Honorários. Maurinaldo	Procuração
42825896	22/03/2019 16:41	Certidão. Laudo Bombeiros. Maurinaldo	Documento de Comprovação
42825961	22/03/2019 16:41	INSS. Maurinaldo	Documento de Comprovação
42831716	23/03/2019 17:54	Despacho	Despacho
43127434	29/03/2019 09:15	Atender Despacho	Petição
43127879	29/03/2019 09:15	Maurinaldo. CNH	Documento de Identificação
43127963	29/03/2019 09:15	indentidade de MAURINALDO	Documento de Identificação
43622677	10/04/2019 10:11	Decisão	Decisão
43944674	16/04/2019 15:41	Certidão	Certidão
43945286	16/04/2019 15:46	Intimação	Intimação
43945287	16/04/2019 15:46	Intimação	Intimação

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DO RECIFE/PE.**

MAURINALDO DOS SANTOS FRUTUOSO, brasileiro, Eletricista, filho de Sonia Fagundes dos Santos, CPF Nº: 053.262.534-02, RG nº:6.261.630 SDS/PE, residente na Rua Boaventura Rodrigues, nº 140, Pina, CEP: 51011- 320, Recife/PE, por seu advogado constituído, com procuração em anexo e endereço à Rua Jean Emile Favre, 909, sala 07, Ipsep, Recife/PE, endereço eletrônico: jonathanfreire.jf@gmail.com , onde recebe intimações/citações, vem à presença de V. Exa. ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

contra a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, CNPJ: 09.248.608/0001-04, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito doravante delineados.

I – PREFACIALMENTE

I. 1 – DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

Nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 5º, LXXIV CF/88, a Autora declara para os devidos fins e sob as penas legais, estar carente na acepção jurídica do termo, não tendo como arcar com o pagamento das custas e demais despesas processuais sem prejuízo de seu sustento e de seus familiares legítimos necessários, pelo que requer os benefícios da assistência jurídica gratuita, em conformidade com as regras da Lei nº 7.115/83.

Por esta razão, faz jus a Autora aos benefícios da gratuidade da justiça, nos termos da Lei nº 7.115/83, que assevera da seguinte forma:

Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Portanto, requer-se, respeitosamente, a concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, isentando a Autora do pagamento de custas, despesas processuais etc.



II - DA IMPOSSIBILIDADE DE ACORDO

Em causas deste tipo, a experiência indica a total ineficácia de uma audiência de conciliação antes da realização da perícia judicial, razão pela qual não há interesse em designação de ato neste intuito.

III - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A questão da legitimidade passiva de quaisquer das Seguradoras que integram o convênio DPVAT é pacífica na Jurisprudência, como se vê da ementa do julgado do Colendo STJ adiante transcrita:

“RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE IDENTIFICADO – 1. **"Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório**, pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a responsabilidade em tal caso decorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado, tanto que a Lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou" (RESP nº 68.146/SP, 3ª Turma, da minha relatoria, DJ de 17/08/98). 2. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ – RESP 325300 – ES – 3ª T. – Rel. p/o Ac. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.07.2002).”

IV – DOS FATOS

Conforme documentos em anexo, em 16/12/2018, o autor sofreu acidente automobilístico na Av. Mascarenhas de Moraes, próximo ao aeroporto, quando trafegava na condução do veículo motocicleta HONA CG 150, de placa PDK2721, de **seguro DPVAT nº: 014206807597**, tendo sido socorrido e encaminhado ao Hospital da Restauração, onde foi atendido, medicado, consoante documentos médico-hospitalares também em anexo, os quais dão conta de que o autor teve traumas como fratura de platô tibial direito (CID10:s82), com dificuldade de locomoção e dores que perduram até atualmente.

Submeteu-se a tratamento cirúrgico conforme ficha de esclarecimento em anexo.

Ainda, o autor encontra-se recebendo o benefício previdenciário acidental concedido pelo INSS, com número de benefício 626.132.839.4, NIT 1.335.481.245.0, onde restou constatado incapacidade laborativa, conforme comunicação de decisão em anexo.

Ademais, conforme certidão 2019APH000266DIV.OP do SAMU/bombeiros, o Autor fora socorrido ao Hospital da Restauração, após acidente de trânsito envolvendo a motocicleta citada e o veículo de Pajero Sport, de placa KJJ-2826.(Doc em anexo)

Desta forma, vem a presença deste Juízo para seja feita a mais lidma justiça, através do pagamento securitário que tem direito.

V - DO INTERESSE DE AGIR – VIA ADMINISTRATIVA INADEQUADA – IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO LEVA AO AJUIZAMENTO PARA COBRANÇA DE DIFERENÇAS

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:



APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial.** Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.



Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

VI - DO DIREITO

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório, matéria disciplinada por legislação especial, notadamente pelo Decreto-lei 73/66 e a lei 6.194/74, com as modificações introduzidas pela lei 8.441/92.

A lei 6.194/74 introduziu como obrigatório o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT com a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito causados por veículos automotores e/ou por suas cargas, em todo o território nacional, independente de quem seja a culpa desses acidentes.

O Art. 5º da lei 6.194/74 preconiza o seguinte:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Ocorre que a ré não pagou o valor correto ao autor eis que seu caso é de invalidez permanente, o que implica indenização no importe de R\$ 13.500,00.

Ademais, não é preciso que o autor requeira administrativamente a diferença para puder receber judicialmente o que lhe é de direito, conforme jurisprudência abaixo:

“AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24.04.2008

O fato de a parte autora não ter realizado pedido de pagamento via extrajudicial não caracteriza falta de interesse de agir. O ordenamento jurídico brasileiro não exige esgotamento da via administrativa para o ingresso na via judicial. Entendimento do artigo 5º, XXXV, CF.

A súmula citada prevê a incidência de juros moratórios a contar da citação, e de correção monetária desde a data do ajuizamento da demanda.

Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez da autora, sendo competente o Juizado Especial Cível.

Nos termos da Súmula 14 das Turmas Recursais, descabe cogitar acerca da graduação da invalidez.

Ao caso em tela se aplica a Lei 11.482/2007, que fixa o valor de R\$ 13.500,00 para indenização por invalidez permanente, não podendo o CNSP estabelecer quantias abaixo da legalmente estabelecida.



O valor pleiteado pelo requerente está em consonância com o estabelecido legalmente.

SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Recurso Cível Nº 71001769595, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pietrowski, Julgado em 15/10/2008)”

Ressalta-se que o autor ficou com incapacidade para realização de suas ocupações habituais e com deformidade permanente, fazendo jus, desse modo, à indenização integral no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), deduzido o valor eventualmente recebido, prevista no inciso II do Art. 3º da legislação em comento, deduzindo-se o valor recebido.

VII - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a parte autora **REQUER** se digne V. Exa, determinar:

- a)) A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.
- b) A citação da ré no endereço constante do preâmbulo desta exordial para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de confissão e revelia;
- c) A condenação da ré ao pagamento da indenização devida, no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) correspondentes a invalidez permanente, devidamente atualizado e corrigido, a partir do ajuizamento da ação, segundo tabela do Encoge, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento), contados a partir da citação.
- d) A condenação da ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à base de 20% sobre o valor da indenização;

.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos, como depoimento pessoal da parte, ouvida de testemunhas, juntada de nova documentação, realização de perícia e tudo o mais que se fizer necessário.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para efeitos fiscais.

Termos em que, pede Deferimento.

Recife/PE, 22 de março de 2019.

Dr. JONATHAN FREIRE

OAB/PE 40182

